



**V FIPED FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
PESQUISA NA GRADUAÇÃO: JUSTIÇA SOCIAL, DIVERSIDADE E
EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

GT HISTÓRIA DAS MULHERES

AS MULHERES CATÓLICAS JUCISTAS NO BRASIL DOS ANOS 60

Dra Maria de Fátima A. Di Gregorio

Universidade do Estado da Bahia /UNEB

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

RESUMO

O trabalho é recorte de pesquisa sobre a história das mulheres católicas que atuaram no movimento jucista entre o clima de Totalitarismo e de construção da Democracia brasileira, com olhar voltado para sua trajetória, ideário e práxis de luta que definiram a participação do grupo nos anos 60 no Brasil. A abordagem é fenomenológica com aplicação do método de estudo histórico, empírico e qualitativo. A pesquisa mostra como esse grupo de mulheres atuou como expressivo movimento de juventude ao lado da Juventude Universitária Católica/JUC e suas congêneres com ações entre a militância sociorreligiosa concebida no contexto de renovação da Igreja – o da Neocrisandade e da Universidade que lhes conferiu identidade(s) de luta nos movimentos sociais, uma marca na história desses anos. Essa dinâmica possibilitou às mulheres católicas, luta e práxis defensora em prol das injustiças sociais, quando após o Golpe de 1964 as mulheres católicas protegeram jovens militantes acareados e ao mesmo tempo perseguidos, lutando a favor dos Direitos Humanos no país.

Palavras-chave: Mulheres Católicas; Luta; Ideário; Identidades.

Introdução

Para essa geração, sobretudo os que, embora jovens, viveram os anos de levante, a revolução foi o acontecimento de suas vidas; os dias de capitalismo estavam inevitavelmente contados”
(Eric Hobsbawm. Era dos Extremos, 2000)

Este artigo aborda a relação das mulheres brasileiras com a política nos anos 60, especialmente focando conversas com mulheres católicas que participavam do movimento social da Juventude Universitária Católica, a JUC. Um novo papel social da mulher dos anos 60 exigia um repensar dos gêneros, uma mudança correspondente no papel social, uma vez que o desempenho da mulher dependia de sua interação com os grupos que atuava e as mentalidades vigentes. Há de se lembrar do destaque e participação feminina nos movimentos sociais dos anos 60 no país, quando as

identidades transitavam entre a inserção em ações leigas católicas e a vida em universidade e estudos teóricos que encantavam a juventude. Foi entre os anos 50 e 60 que a JUC se estruturou no pensamento de Mao Tse-tung que ocupava um lugar especial como teórico no movimento marxista impulsionando significativamente o pensamento político.

Os anos 60 foram marcados internacionalmente por uma intensa onda contestadora feminina em cenário chocante da guerra do Vietnam, de lutas antirracistas e rebeliões ao *american way of life* presentes nos Estados Unidos e refletidas no estilo de vida dos europeus. No caso do Brasil, as mulheres vinham questionando as velhas estruturas autoritárias dos governos, já que por séculos estiveram submissas à figura masculina e controle da Igreja Católica. A partir dessas preocupações, o movimento emancipatório surge com a inserção de mulheres em ações leigas da Igreja Católica que lutava por uma prática renovadora e estudos universitários.

A ação de um amplo número de mulheres que por anos estiveram presas aos afazeres domésticos e à criação de filhos, justifica a inserção no movimento leigo jucista, onde fazer parte de grupos dos mais diversos: políticos, religiosos ou mesmo culturais era condição política, social. Essa capacidade mobilizadora, transitava entre os ideais revolucionários das Universidades e as práticas do laicato da Igreja Católica. A Juventude Estudantil Feminina Católica (JEFC) subdividia-se também em três: na Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), na Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF) atuando no apostolado social, no apostolado em relação à família e à escola. A união de mulheres recebia orientações católicas (BOLETIM nº 4, p 287.)

Todo este aparato organizacional da JUC mostra que os grupos atuavam por gênero, critério adotado pela religião. A Juventude Masculina Católica (JMC) e a Juventude Feminina Católica (JFC) originaram novos agrupamentos, e dessa natureza solidária surgiram as congêneres mais organizadas (JAC – Juventude Agrária Católica, JEC – Juventude Estudantil Secundarista Católica, JIC – Juventude Independente Católica, JOC – Juventude Operária Católica e JUC – Juventude Universitária Católica, no entanto, a atuação da JUC feminina foi intensa ao lado da JEC e da JOC pelo teor de suas ações, tendo um traço diferencial, isso porque o grupo era composto por intelectuais, pensadores, universitários de classe média alta e grande número de mulheres.

De um lado, as jovens militantes católicas universitárias, secundaristas, operárias e independentes - ala de mulheres de esquerda e do outro, as conservadoras de forte

tradição e anticomunistas, a exemplo das mulheres que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que arrastavam centenas de pessoas às ruas de todo o país. Mas não há como negar a eficiência mobilizadora dessas mulheres que souberam canalizar politicamente a insatisfação entre inflação e o custo de vida, entre o justo e o injusto, apelando para a religiosidade e para os movimentos sociais da Igreja Católica e da Universidade, além de uma possível intervenção na sociedade.

Esse novo papel social para as mulheres exigia um repensar dos gêneros, uma mudança da identidade feminina, uma vez que o casamento possibilitaria a adoção de posturas caseiras, ao passo que essa nova demanda vinha desenvolvendo formas de resistência e visibilidade pública. O privado com sobrenome do marido, os afazeres domésticos era condição de vida feminina privada e a esfera pública apresentava novas demandas, outras formas de trabalho e militância política - uma forma de superação da própria alienação que lhe foi imposta pela tradicional histórica condição de ser mulher.

1.1 O imaginário social feminino nos anos 60: da submissão à busca de práxis de movimento

Na tentativa de analisar o imaginário feminino nos anos 60, considera-se que o comportamento político social das mulheres repletas de ideias nacionalistas desenvolvimentistas, cujos sentimentos de paz e amor estavam presentes no cotidiano da juventude quase profética. A contracultura, a igualdade de direitos e sentimento de liberdade sexual assolavam as conversas femininas e talvez, nunca as mulheres tenham sonhado tanto como nos anos 60. Diante do quadro de misérias do país, de injustiças sociais, violências e guerras intermináveis, as jovens protestam e lutavam movidas pelo sonho de um mundo melhor. O início dessa nova postura feminina dá-se ainda pelo advento de músicas do grupo inglês *The Beatles*, que desencadeavam livres formas de pensar, de conceber a liberdade e a paz no mundo, ressurgindo nova consciência social. Os precursores da revolução contracultural foram os chamados *beatniks*, cuja característica mais importante foi o inconformismo com a realidade do começo da década de 1960, anticoncepcionais e diferentes formas de participação em prol dos direitos e da própria liberdade das pessoas - passos para a conquista da igualdade entre gêneros. Tudo isso resultou em mudanças nos parâmetros da subordinação feminina e se as mulheres eram vistas e tratadas como inferiores, vítimas da violência sexual,

doméstica, excluídas do mercado de trabalho. A participação em movimentos sociais era oportunidade para romper bloqueios aos quais estavam submetidas por anos.

Pensar as identidades das mulheres jucistas nos remete a um grande desafio – pensar a história das militantes do movimento social em tempos de mudanças. Viu-se um grupo nascendo e mantendo-se entre os princípios da Neocristandade e os da Universidade que lhes conferiu descobertas de uma identidade de autoconhecimento:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN, 1994, p. 9-10).

Essas descobertas produzem uma rede de significados com base e atributos culturais, sociais que relacionados prevalecem presos à estrutura social, embora sejam capazes de produzir novas posturas, esta multiplicidade ou mesmo diversidade de relações, traziam contradições e desafios, definindo papéis femininos no contexto social. Se a JUC feminina criou redes relacionais na sua caminhada entre a Ação Católica e Movimento Estudantil Universitário, a tradição cristã. As ações especializadas foram molas propulsoras para a conquista da identidade legitimadora de luta que Castell (2000) chama de identidade legitimadora, de resistência. O autor, ao estudar os tipos de identidades relacionadas aos contextos específicos e os princípios de vida pessoal e mobilização social, examina os processos fundamentais para a construção de identidades de grupos e as mulheres jucistas saíram da ótica da mesmice, dos traços próximos de um ideário religioso, familiar e ingressaram na luta da JUC e mais tarde da armada Ação Popular.

Hall (2002) fala das identidades construídas discursivamente e isso significa sustentar a ideia de que elas são formadas por meio de práticas realizadas em variados contextos. No caso dessas mulheres, a identidade sociológica aponta para refletir os valores diferenciados, sentidos e símbolos construídos a partir de uma prática onde as desigualdades eram gritantes. Nesse entendimento, a identidade sociológica da JUC feminina sustentava-se na busca de uma estabilização entre o mundo interior e o exterior, o mundo pessoal e o mundo público.

Contudo, Hall (2002) lembra que somos diariamente confrontados com identidades com as quais podemos nos identificar, interagindo entre o núcleo interior do sujeito, que não é autônomo nem autossuficiente, mas formado processualmente na

relação com outras pessoas. Se a identidade costura o sujeito à estrutura, estabilizando-o tanto quanto o mundo cultural que ele habita, o estabelecimento de fronteiras, de territórios identitários, sempre foi causa de embates ideológicos e discriminações.

A identidade social presente em qualquer grupo perderia de vista a unidade e ficaria em espaços de fluxos isolados e intemporais. A identidade, portanto, refere-se à ideia de mesmice temporária, de grupo e atuação social como diz a entrevistada X:

O compromisso maior da JUC era com o grupo, com a sociedade, com o mundo, pois este representava a liberdade, sob todas as suas formas de manifestação própria desses anos. Considerava abusiva qualquer manifestação de autoritarismo ou restrição a liberdade, combatia a centralização de poder e concentração de rendas a grupos hegemônicos, considerava as diversidades e urgência de nossos problemas sociais. A concentração de poder que, ao longo dos anos, se processou neste país e a crise acabou por atingir gravemente as famílias médias e pobres. Estabelecia-se, sobretudo, como meta, a libertação dos homens e do próprio homem. Era preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de formas de trabalho (ENTREVISTADA X).

A voz revela a prevalência da identidade social do grupo, considerando-se a JUC como grupo de proteção ao cidadão, de denúncia da interferência excessiva do Estado em atividades econômicas, políticas, sociais, preocupava-se com o país e seu desenvolvimento e o viver das pessoas:

O ideário do grupo, o destinatário final de toda a atividade social era o homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade; O desenvolvimento que pregamos há de se fazer, portanto, a serviço do homem e do bem estar social. Rejeita-se qualquer proposta fora de desenvolvimento humano que transfira para um futuro distante e indefinido e que busque a redução das desigualdades sociais no país (ENTREVISTADA T).

Os mais variados resíduos memorizados, grandiosos ou não dessas jucistas, são lembrados a partir de um passado presentificado, consolidando-se em um quadro social narrado. Este depoimento mostra que se todo este ideário estava embutido nas identidades de grupo e que a JUC era notada cada vez mais nos diretórios estudantis, avivando-se nas Universidades, ao tempo em que as discussões femininas no país estavam borbulhando em críticas. Isso chegou a tal ponto que as formaturas dos jucistas eram temidas pelos discursos proferidos pelas mulheres oradoras que revelavam os problemas do país. Era a identidade revolucionária, social, crítica latente.

1.2 Entre utopia e a luta eis que surge a identidade revolucionária

No Brasil, o ideal de um mundo de paz, amor e justiça constituíam a principal construção utópica da juventude expressada em criações artísticas populares tais como: Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Geraldo Vandré - cujas obras exaltavam a construção de um mundo melhor. Outra característica importante era a concepção de vivência em grupo, o que origina o surgimento dos grupos de teatro engajado no Centro Popular de Cultura (CPC) na União Nacional dos Estudantes (UNE) com uma didática de revolução e trabalho grupal. Os anos 60 direcionaram novos comportamentos dos jovens, uma visão do coletivo e a vida em comunidade, com base na solidariedade de seus membros e particularmente, as mulheres participaram da construção desse novo projeto de existência. Como guerrilheiras do Araguaia ou como donas de casa? Na Marcha com Deus pela Família ou tirando os sutiãs nas praias do Rio de Janeiro? Nos anos 60, as mulheres cada vez mais se sentiam atraídas pelo pensamento de liberdade.

Halbwachs (2006), não se refere à memória em si, mas aos quadros sociais em que ela é produzida. A memória de militância não é fruto do sonho, mas do trabalho de refazer, com idéias atuais, as experiências do pretérito. No entanto, não se trata de reviver o passado tal qual ele pudesse ter sido, mas de um esforço para a reconstrução deste passado diante de nossas atuais possibilidades. Lembra N:

Quando terminei o Curso de Letras, senti que ser oradors era perigoso, pois todos viviam dizendo que éramos revolucionários. Mas, na verdade, falávamos de coisas rotineiras como falta de trabalho, mão de obra explorada, jornadas longas de trabalho e deficiências nos cursos da Universidade. É lógico que as discussões marxistas acabavam adentrando nas falas, mas ser jovem naquela época era ter discurso afiado sobre Marx (ENTREVISTADA N).

Na voz, percebe-se que o discurso embora receoso, estava voltado para ações em prol da defesa pela igualdade social, econômica, cultural. Aliás, as mulheres universitárias nesses anos tinham bases teóricas marxistas e pensavam o trabalho e igualdade social. Traziam uma série de embasamentos para discussões sobre o pensamento de Marx numa asserção de que todo novo estado da divisão de forças nas relações, repensando os instrumentos e produtos dessas ações humanas. E a situação de

produção no Brasil nesses anos era desigual e injusta, trazendo referenciais territoriais para o movimento.

Neste momento em que vivia o Brasil, esses grupos manipuladores estavam voltados para o impedimento das atuações políticas da esquerda e as jucistas sabiam disso. Mas, a JUC não estava isolada nessa luta. Ao lado da atuação com suas congêneres, estava o apoio do Partido Comunista (PC) trazia ideologia capaz de fazer grandes transformações no Brasil.

Em 1961, o PC realiza uma conferência Nacional, onde é aprovado o novo estatuto, que alterava o nome do Partido Comunista do Brasil para partido Comunista Brasileiro, além de não fazer referências à ditadura do proletariado (SEGATTO, 1981, p 91).

Acredita-se que o Partido Comunista com novos estatutos, ganharia espaço no contexto nacional e as alterações implicariam numa nova frente e programa político, consumado no ano de 1962 com a nova nomenclatura PC do B e a inserção de alguns membros da JUC para essas novas ações do partido. Com a dissidência de jucistas para a Ação Popular - a AP favorece aos novos processos de interação e o movimento fragmenta-se em suas bases religiosas, conduzindo o ideário para propostas mais avançadas.

O movimento dos estudantes universitários jucistas foi marcado por ideias e práticas populistas no período que vai de 1961 a 1964 e ao mesmo tempo expressou o elitismo e o idealismo típicos do Populismo. Contudo, os estudantes e sua entidade principal, a União Nacional dos Estudantes (UNE), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas às propostas do governo de Goulart, aliás, metas que promoveram uma série de episódios nos anos seguintes.

Nesse ínterim, a JUC reúne-se com a coordenação nacional e, entre impasses ideológicos que já se instauram no grupo, considera o PC um apoio para incentivar e reforçar seu ideário. Entende-se que o esquerdismo cristão foi mais uma via que levou os jovens de classe média à rebeldia nos anos 1960, constituindo-se em fonte ideológica importante para a caminhada. Não resta dúvida que o partido mesmo em ressignificação de sua identidade, era atraente pelo seu idealismo e ativismo. Talvez por isto, o Cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 60 entre os jovens, ao mesmo tempo em que alguns dos cristãos considerados progressistas foram levados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina.

Pois, foi nesses anos que a JUC questionou seu ideário como força nacional, democrática e popular, insere-se na Ação Popular – a AP e avança na luta. Apega-se às promessas de Goulart de reformar a Nação, construindo novas bases e reorganizando seus princípios. Não dava mais para esperar.

A força do PC ia se recuperando, pois estavam abandonando seus sindicatos e luta organizada, se aproximando da JOC que era aliada a JUC nessa luta política, social. Os operários estavam inflamados e os universitários entravam na luta para fortalecimento desses operários enquanto que os comunistas que já não se prendiam a sindicatos, iam à luta mais direta com união entre trabalhadores e estudantes. Essa era a arma principal de luta: a união entre eles (ENTREVISTA J).

A memória seleciona no passado o que é considerado importante para o sujeito ou para a coletividade. Recorrendo as lembranças de J, essa unidade de ação nesses anos tornou-se uma mola propulsora de luta mais organizada. Na verdade, essa política articulada era da Frente Única, do próprio PC e das JUCs (JAC, JOC, JIC e JEC) que caminhavam lado a lado no contexto nacional. Nessa perspectiva, o movimento começaria a caminhar com maior autonomia das ações católicas, o que acabou refortalecendo o grupo fora dos domínios diretos da Igreja.

Nas Universidades era evidente a participação em definições em embates da educação nacional, quando havia a intenção de conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas, servindo de opressão aos humildes. Com essa premissa, percebem-se diferenças sociais, e, segundo o Boletim da JUC, as militantes cristãs teriam uma arma a empunhar – o lenço da luta e da paz. Com essa ideologia a JUC apoiaria a sociedade, sustentando a participação no país, criando as primeiras bases de luta da Ação Popular entre os anos de 1962 e 1963, demonstra a crise de identidade da JUC de modo geral, um campo propício para ações da Ditadura Militar.

O movimento das mulheres jucistas foi alvo da ação de partidos, cisões e agrupamentos de esquerda. E ainda, fazendo uma analogia da situação dessa esquerda brasileira, encontrou-se em manchete de primeira página do Jornal Semana Católica, a fala de Dom Augusto, mencionando um pedido que lhe fora feito por um jovem jucista:

– Veja senhor Bispo, a situação é alarmante. O Comunismo invade tudo e a Igreja, desculpe-me a franqueza, parece estar de braços cruzados [...]. E o Cardeal respondeu prontamente que, atendendo ao apelo desse “preocupado” católico, a Igreja não ficaria “de braços cruzados” (JORNAL SEMANA CATÓLICA, 1963).

Esse depoimento sinaliza o antagonismo entre a esquerda e a Igreja. Diante de apelos, realmente ela não ficou parada. Havia dois caminhos: o da Neocristandade, sendo ela a nova força controladora (não como força superior ao Estado, mas ao lado dele), e o do resgate de integrantes do grupo que estavam migrando para outros movimentos e esse trabalho deveria ser feito através dos padres progressistas envolvidos nas ações especializadas.

Se o Governo não havia criado estratégias para suas anunciadas reformas, a Igreja Católica, mesmo caminhando entre as duas vertentes, tinha ainda controle nas suas ações especializadas. Daí a ideia de rachadura no grupo da JUC que se desvela nesses anos. Ora, o que se percebe é que a Igreja Católica reagiu de forma desfavorável quando o PC passa a se fortalecer já como PC do B, alertando os membros da JUC sobre a importância de uma luta mais ativa.

1.3 O avanço no ideário das jucistas: ser comunista era ser pecadora

O Comunismo sempre foi considerado um ataque direto aos princípios cristãos. Essa reação da Igreja Católica teve como base o paradigma da Neocristandade e a atuação antirreformista de alguns bispos, como Dom Antônio de Castro Maier e Dom Geraldo Sigo, clérigos conservadores ligados à organização Tradição, Família e Propriedade (TFP) – sociedade cívica anticomunista que a todo custo impedia o adentramento do regime no país.

No entanto, na medida em que havia união dessa esquerda através da Frente Única, alguns jucistas permaneceram ligados às metas de ações católicas, gerando divisões internas no grupo. Todavia, foram esses contatos entre católicos e comunistas que alargavam suas ações, esboçando ainda mais a Ação Popular como grupo saído da JUC.

Em 1962, por exemplo, a hierarquia através da CNBB, reconhecia quatro grandes inimigos da Igreja como sendo: a) o marxismo, b) o protestantismo, c) a umbanda - considerada um sincretismo dos cultos africanos, do espiritismo e do próprio catolicismo - e, d) a secularização. Dom Eugênio Sales, Cardeal do Rio de Janeiro, reconheceria mais dois inimigos dez anos depois: a tendência do clero para as causas sociais na organização de movimentos contra a injustiça social e o choque do Regime Militar com a hierarquia por causa do desrespeito aos Direitos Humanos (ALVES, 1979, p. 44-45).

A hierarquia da Igreja, o papel da CNBB e o largo alcance do pensamento católico limitaram a nova propaganda Comunista endereçada mais às classes médias e

às desfavorecidas. Diante da complexa questão social, cultural e política do país, a Igreja Católica, prestava serviço social, mantinha relações de cordialidade e evidente cooperação com o Estado, mas combatia o Socialismo, o Comunismo e outras vertentes como o espiritismo, o pentecostalismo.

O Governo de Goulart foi visto por parte do clero católico como uma suposta subversão e caberia a ela restaurar o país através de ações sociais, bloqueando a chegada do Comunismo e de outros cleros e práticas que desestabilizasse a ordem cristã. O país vivia momentos de crise política, social e religiosa.

O fato é que, na sociedade brasileira do início dos anos 60, não poucos subalternos ousaram virar a bandeira, contra a esmagadora maioria dos militares que viriam a cumprir seu papel repressivo por ocasião do golpe de 1964. Na conjuntura anterior ao golpe, parte dos militantes era especialmente atingida pelo dilaceramento existencial da condição de soldado (RIDENTE, 1993, p. 207).

A esquerda levantou bandeiras, no entanto, o contexto anterior ao Golpe favoreceu para que os militares se aliassem à burguesia, estabelecendo metas que poderiam ser alcançadas caso o Comunismo adentrasse no território brasileiro. De certa forma, pode-se dizer que a burguesia é vítima das mazelas do sistema capitalista que os aprisiona e seduz entre o capital financeiro internacional e o capital monopolista nacional. Com a tomada dos militares, inicia-se um novo momento político – o de Repressão Civil Militar onde grupos com interesses subjacentes concentram forças para a derrocada do Governo.

Com base nessa assertiva, o Estado Militar se transforma em um forte referencial nacionalista. A tibiedade do papel político de Jango – as reivindicações dos trabalhadores, estudantes e setores populistas que já não conseguiram se organizar, desenhando um quadro de não-resistência, de ausência de força unificada diante do anunciado Golpe de 1964. Acontecimento que, na dúvida quanto à orientação nacional-reformista anunciada pelo próprio Governo Goulart, seria um ponto final para a atuação da esquerda brasileira, especialmente a jovem esquerda católica JUC que não conseguia encontrar a união dos movimentos de esquerda.

A tomada de posicionamento de Goulart, a postura da Igreja Católica e a desarticulação dos movimentos favoreceram aos setores ditatoriais instalados no país em 1964 e a Igreja Católica se vê diante do impasse identitário da JUC. Mas pode-se aqui analisar a sustentação que ela deu de início à luta estudantil na trajetória sociopolítica e religiosa. Como resultado do avanço na práxis feminina, destaca-se a

expressividade em congressos regionais, discussões em torno das ações dos grupos católicos especializados, tempo em que se alteram os próprios estatutos da Igreja. Os eventos contaram com a participação de quase dois mil jovens, especialmente de mulheres que congregadas deliberaram formas de atuação, simbologias e práticas (BOLETIM nº 4, 1938).

Esse vínculo entre representações e práticas sociais se expressa no papel de mediação simbólica que as primeiras exercem quando as segundas têm um conteúdo determinado, a saber, a instauração do vínculo social e das modalidades de identidade que estão ligadas a ele. (RICOEUR, 2006, p. 149).

As mulheres fizeram parte do movimento social atuante nos anos 60 no Brasil, na medida em que foram se reagrupando e ressignificando ações ao lado dos homens. As especializadas eram advindas da organização de vários grupos por interesse de luta que possibilitou o avanço na redefinição de grupos femininos que, a partir de 1950, se agrupam, definindo mais as congêneres especializadas da Juventude Universitária Católica/ JUC, cuja militância mais definida, a partir do ideário universitário em diálogo com partidos de esquerda.

Segundo entrevistas, o grupo visualizava a possibilidade de golpe de Estado a qualquer momento: "Pensávamos nisso, mas ao mesmo tempo parecia impossível que acontecesse" (ENTREVISTAS D). Nessa visão, o grupo pensava nos embates ideológicos com a direita e como esta poderia sentir ameaçado em suas bases, sem ao menos procurar neutralizar mecanismos de resistência. A JUC feminina se constituiria numa entidade mais organizada e na medida em que teve uma consciência de luta mais forte, com práxis definida, pensava no quadro de miséria especialmente no Nordeste do país, direitos sociais.

Através da explicação a compreensão da ontologia do grupo, do *ethos* de seu movimento, a simbologia e construção identitária inseridas num cenário nacional altamente influenciado pelos embates mundiais, as experiências vividas, as formas de atuação de homens e mulheres. O que está centralmente envolvido neste jogo é a a questão da identidade comunista vista como subversiva.

Esse esquematismo [...] constitui-se numa história que tem todas as características de uma tradição. Entendemos por isso não a transmissão inerte de um depósito já morto, mas a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores de fazer poético. Assim compreendido, o tradicionalismo enriquece a relação da intriga com o tempo com um traço novo (RICOEUR, 1994, p. 107).

O autor pensa na tradição e suas amarra na relação entre preservar e inovar ideias, práticas. No caso das mulheres de esquerda, a História do Brasil mostra os processos de reconstrução do feminismo em novas bases sociais, culturais e políticas que se cruzavam nos anos 60 no país, desenvolvendo no contexto, clima de insatisfação à população brasileira. Remete também a experiências de militantes e partícipes desse processo vivenciado, bem de reflexões acerca do tema.

Considerações

A pesquisa mostra como esse grupo de mulheres atuou como expressivo movimento de juventude desses anos ao lado de homens que atuavam entre a militância sociorreligiosa concebida no contexto de renovação da Igreja – o da Neocristandade e da Universidade que lhes conferiu identidade(s) de luta nos movimentos sociais que marcaram a história das mulheres desses anos. Essa dinâmica possibilitou às mulheres atuantes na JUC dos anos 60, luta através da práxis ativa e defensora dos direitos humanos e da manutenção da família, defendendo as ideias do comunismo no país, mesmo em antagonismo com as senhoras conservadoras que marchavam em nome de Deus e em prol da defesa dos princípios da família cristã. Foi nesse momento em que essas mulheres se projetaram para além de movimentos sociais organizados, avançando nas arestas de seus ideários não só porque defenderam os princípios da Democracia brasileira, mas porque lutaram em prol de uma causa social, protegendo companheiros, militantes inseridos nesse contexto de embates da Ditadura Militar que se instaura após o Golpe de 1964 no Brasil.

Referencias

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. Prefácio de Frei Betto. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Boletins da JUC de nº 1 a 6/Estatutos da Igreja Católica Diocese de Jequié e Amargosa.

CALHON, Criag. (org.). **Social Teheory and the Politcs of Identity**. Oxford: Blackwell, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999/2006 (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). V. 2.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JORNAL SEMANA CATÓLICA, 17/03/1963 e 12 /04/1964.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. (Prismas).

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (Tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994

SEGATTO, José Antônio et al. PCB (1922 – 1982). **Memória Fotográfica**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

_____. **Percurso do reconhecimento**. Trad. de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.